

TURISMO E TERRITÓRIO-REDE: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

Tourism and Territory-Network: Theoretical Approaches

Turismo y Territorio-Red: Aproximaciones Teóricas

Hugo Aureliano da COSTA – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4607-1587>

URL: <http://lattes.cnpq.br/0007418624637855>

EMAIL: aureliano.hugo@gmail.com

Ricardo Rayan Nascimento ROCHA – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN);

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-3718-4942>

URL: <http://lattes.cnpq.br/4058452686100591>

EMAIL: rayan.rayan.rr@hotmail.com



RESUMO

Este artigo objetiva debater a relação conceitual entre território e redes e como o binômio conceitual território-rede é indispensável na análise do turismo. Assim, trata-se de um ensaio teórico a respeito dos conceitos de território, redes, território-rede e de como o turismo pode ser entendido com base nessa perspectiva. A primeira parte deste trabalho discute o conceito de território e sua relação com as redes. A segunda parte demonstra como, a partir dos binômios território-rede e território-zona, alguns elementos do turismo podem ser compreendidos, a saber: turistas, Estado, empresas e trabalhadores. O caráter dual da atividade turística é apresentado tendo em vista as lógicas zonais e reticulares dos agentes do turismo. Este trabalho, portanto, de cunho ensaístico, procurou apontar como a análise do turismo pode ser realizada através dos híbridos conceituais território-zona e território-rede, apresentando as diferentes lógicas espaciais e evidenciando como a lógica reticular, relacionada com a ideia de território-rede, é crucial no entendimento da estrutura espacial dos elementos da atividade turística.

Palavras-chave: Turismo; Território-Rede; Territorialização; Reticularidade; Território-Zona.

ABSTRACT

This article aims to discuss the conceptual relationship between territory and networks and how the conceptual binomial territory-network is indispensable in the analysis of tourism. Thus, it is a theoretical essay about the concepts of territory, networks, territory-network and how tourism can be understood based on this perspective. The first part of this work discusses the concept of territory and its relationship with networks. The second part demonstrates how, from the binomial territory-network and territory-zone, some elements of tourism can be understood, namely: tourists, State,

<http://periodicos.apps.uern.br/index.php/GEOTemas/index>

This is an open access article under the CC BY NC Creative Commons license

Copyright (c) 2023 Revista Geotemas

Histórico do artigo

Recebido: 02 dezembro, 2022

Aceito: 16 março, 2023

Publicado 27 abril, 2023

companies and workers. The dual nature of tourism activity is presented in view of the zonal and reticular logics of tourism agents. This work, therefore, of an essayistic nature, sought to point out how the analysis of tourism can be carried out through the conceptual hybrids territory-zone and territory-network, presenting the different spatial logics and showing how the reticular logic, related to the idea of territory- network, is crucial in understanding the spatial structure of the elements of tourism activity.

Keywords: Tourism; Territory-Network; Territorialization; Reticularity; Territory-Zone.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir la relación conceptual entre territorio y redes y cómo el binomio conceptual territorio-red es indispensable en el análisis del turismo. Así, es un ensayo teórico sobre los conceptos de territorio, redes, territorio-red y cómo se puede entender el turismo desde esta perspectiva. La primera parte de este trabajo discute el concepto de territorio y su relación con las redes. La segunda parte demuestra cómo, a partir del binomio territorio-red y territorio-zona, se pueden entender algunos elementos del turismo, a saber: turistas, Estado, empresas y trabajadores. Se presenta el carácter dual de la actividad turística a la luz de las lógicas zonales y reticulares de los agentes turísticos. Este trabajo, por tanto, de carácter ensayístico, buscó señalar cómo el análisis del turismo puede ser realizado a través de los híbridos conceptuales territorio-zona y territorio-red, presentando las diferentes lógicas espaciales y mostrando cómo la lógica reticular, relacionada con la La idea de territorio-red, es crucial para comprender la estructura espacial de los elementos de la actividad turística.

Palabras clave: Turismo; Territorio-Red; Territorialización; Reticularidad; Territorio-Zona.

1 INTRODUÇÃO

A ciência geográfica nos últimos anos estabeleceu grandes contribuições para a discussão do fenômeno turístico. Alguns autores como Cruz (2001), Fonseca (2005), Knafou (1996), Piriou (2012), Miossec (1976) e Damiani (2002), dentre outros, colaboraram com discussões geográficas proeminentes acerca desse fenômeno, com debates a respeito do território, das desigualdades, do planejamento governamental, dos lugares turísticos etc. Além disso, nota-se em outros teóricos a análise dessa atividade a partir de sua dimensão espacial, como é o caso de Leiper (1990), Butler (1980) e Boullón (1990).

Sendo assim, há, de fato, uma série de análises da organização espacial da atividade turística diante do processo de turistificação dos lugares. Face a esse debate, o turismo se constitui em diversos âmbitos e a dimensão espacial é imprescindível para o entendimento dos elementos que condicionam e/ou determinam, direta e indiretamente, essa prática social.

Houve, durante muito tempo, uma preocupação em discutir o espaço geográfico, nos estudos do turismo, como uma categoria imóvel da compreensão da realidade.

Entretanto, o espaço geográfico é uma das “instâncias da sociedade” (SANTOS, 2016, p. 190), portanto é influenciado e influencia a sociedade, assim como a economia, a política e a cultura. Além disso, o espaço está em constante processo de transformação, como o próprio turismo que se reestrutura incessantemente. Pode-se inferir que o turismo é influenciado pelo espaço e o influencia.

Porém, além do espaço, o território, enquanto categoria de análise empírica, também é debatido da mesma forma e muitas vezes estabelecido como sinônimo de espaço pelos autores que estudam o turismo¹. O território usado corresponde a um recorte do espaço geográfico em que a materialidade (território) é indissociável das ações (usos). Portanto, na análise espacial, como atestam Almada (2019) e Coutinho & Azevedo (2019), deve-se observar como os diferentes usos da atividade turística se estabelecem no território.

Por isso o território ou, como afirma Knafou (1996), o “território turístico” é central nas análises a respeito da atividade turística. Cruz (2000) também defende essa ideia, pois, para essa autora, há uma relação dialética entre turismo e território. Essa discussão acerca do que é território e de sua relação com o turismo necessita sempre ser (re)atualizada, porque, com a constante transformação do mundo, os conceitos devem ser revisitados para serem definidos de acordo com a realidade.

Outro elemento fundamental na compreensão da prática turística são as redes geográficas. Conforme apontam Siqueira e Berdnachuck (2019, p. 112), “os lugares turísticos podem ser relacionados com a mobilidade, sendo as redes compostas de linhas que conectam os lugares uns aos outros”, isto é, as redes são condição de existência da atividade turística, pois é a partir da articulação dos lugares, por intermédio das redes, que essa atividade se realiza. Autores como Leiper (1990) também corroboram com esse entendimento da atividade turística. Portanto, território e redes são analisados e debatidos por autores que discutem a questão turística.

As redes e o território, inclusive, se complexificam diante dos fenômenos atuais, por isso Haesbaert (2006, p. 123) afirma que “a realidade concreta envolve uma permanente interseção de redes e territórios”. Além disso, “dependendo da escala em que

¹ Cabe ressaltar que, para Santos e Silveira (2001), território usado e espaço geográfico são sinônimos. Mas sinônimo não quer dizer completamente igual. O território é, para esses autores, um recorte da realidade e o espaço geográfico é o todo. Nenhuma análise apreende a totalidade do espaço. Busca-se conhecer a parte, isto é, o território. Embora ambos existam a partir da relação entre objetos e ações, são diferentes pelo fato de o território ser a particularidade e o espaço corresponder à universalidade, ou seja, o território usado é uma categoria de análise da geografia e o espaço geográfico é o objeto de estudo da ciência geográfica.

se concentrar nossa observação, estaremos percebendo mais, ora os territórios, ora as redes que os conectam (ou que os compõem)” (*ibidem*, p. 124). Com base nessa reflexão, esse autor vai afirmar que os conceitos de território e redes são indissociáveis e o binômio conceitual território-rede é categoria analítica dos fenômenos espaciais.

Na tentativa de realizar um esforço teórico-conceitual para a análise do turismo, este artigo propõe debater a relação conceitual entre território e redes geográficas e como o binômio território-rede é imprescindível para a análise do turismo. Assim, trata-se de um debate teórico a respeito dos conceitos de território, redes, território-rede e de como os elementos do turismo podem ser compreendidos segundo essa perspectiva.

Com relação aos procedimentos metodológicos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com o intuito de revisar teoricamente esses conceitos com base em autores como Haesbaert (2005; 2006; 2010; 2014a, 2014b), Fratucci (2008; 2009), Fratucci, Moraes e Allis (2015), bem como Costa e Fonseca (2022), dentre outros. Diante disso, procurou-se demonstrar como o turismo pode ser compreendido através das lógicas zonal/reticular e do território-zona/território-rede. Ao observar uma lacuna no que diz respeito a uma síntese entre a teoria do Rogério Haesbaert com a compreensão espacial da atividade turística, julgou-se necessário esse esforço para apresentar a correlação entre território-zona, território-rede e turismo, observando como os turistas, o Estado, as empresas e os trabalhadores da atividade turística podem ser compreendidos sob essas ópticas.

Desse modo, o presente artigo está estruturado em três tópicos, além da introdução. No segundo tópico, discute-se conceitualmente as compreensões de território-zona e território-rede. No terceiro tópico, aborda-se o turismo sob a perspectiva do território-rede, apontando as territorialidades do fenômeno turístico através dos agentes do turismo (turistas; Estado; empresas; e trabalhadores/população residente), contextualizando suas atuações, continuidades e rupturas. O quarto tópico apresenta as considerações finais.

2 TERRITÓRIO-ZONA E TERRITÓRIO-REDE

De acordo com Latour (2019), na nova sociedade moderna não há espaço para discussões redutíveis e fechadas. Esse autor afirma que qualquer debate deve partir do princípio dos híbridos, isto é, da relação indissociável entre elementos e conceitos. A análise se torna frágil caso utilize apenas conceitos puros, pois esses estão desprovidos de realidade explicativa. A realidade demonstra ser tão complexa que, ao unir conceitos, consegue-se melhor compreender determinados fenômenos. Dessa forma, alguns autores

tomaram por base essa prerrogativa e trabalham com pares conceituais, como é o caso do Haesbaert (2010) na discussão a respeito do território-rede.

Para Haesbaert (2005) e Souza (2013), o território representa uma área do espaço onde os fenômenos incidem e determinados agentes estabelecem relações de poder a partir de sua territorialização. Com relação às redes, podem ser compreendidas, conforme aponta Santos (2012), como linhas no espaço geográfico que ligam fenômenos multiescalares, podendo ser materiais ou imateriais e “destinadas a canalizar os fluxos” (DOLLFUS, 1991, p. 63). Assim, as redes se tornam imprescindíveis, haja vista que a ligação é um componente indispensável do espaço geográfico. O capitalismo existe graças à interligação dos fenômenos em territórios distantes, através da técnica, o que gerou avanços nos transportes e na comunicação, tornando as redes uma condição geográfica da existência do capital.

Alguns autores, conforme aponta Haesbaert (2006), estabelecem que a relação entre território e redes é contraditória, porque as redes significam desintegração e o território corresponde à localização. Entretanto, também discordamos dessa perspectiva. O território, enquanto conceito geográfico, pode ser entendido como uma área na qual diferentes agentes usam-na, mas essa área só existe efetivamente graças às articulações entre ela com outros territórios/lugares, além das suas próprias relações internas. As redes são quem conectam os territórios externa e internamente e por isso integram o próprio território. Torna-se impossível, portanto, separar na análise espacial as redes geográficas do território, tendo em vista que, apesar da aparente separação conceitual, na realidade esses conceitos se completam e são indissociáveis.

Haesbaert (2010) afirma que os fenômenos outrora ocorriam apenas de forma local, isto é, com “fixação e (relativa) estabilidade” (HAESBAERT, 2006, p. 135). Atualmente parte dos fenômenos sociais e econômicos ainda ocorre dessa forma, mas também se percebe que cada vez mais variados fenômenos, ligados pelas redes geográficas, incidem sobre determinadas áreas conectados a locais longínquos, configurando “territórios descontínuos, fragmentados, superpostos, bastante distintos da territorialização dominante na chamada modernidade clássica” (HAESBAERT, 2014a, p. 281). Essa dualidade (local e longínqua) é um aspecto característico dos atuais fenômenos geográficos, pois a atividade não necessariamente se restringe mais ao entorno do lugar. Assim, há também no espaço geográfico áreas ou pontos que se ligam com lugares distantes, conectadas pelas redes geográficas, e criam um novo tipo de territorialização com um caráter mais reticular (através de pontos).

Acerca dessa discussão, Haesbaert (2014b, p. 69) afirma que “na constituição dos ‘múltiplos territórios’ do capitalismo” há os “territórios-zona, mais tradicionais, e territórios-redes, mais envolvidos pela fluidez e mobilidade.” Isto é, ao invés de os fenômenos ocorrerem no território-zona – de forma apenas local –, passa-se a ter, com maior representatividade, fenômenos existindo no espaço de acordo com a lógica reticular do território-rede, ou seja, em áreas que se articulam através das redes e que não necessitam de coesão territorial como condição indispensável para a sua existência. Dessa forma, é a reticularidade, através de pontos, nós e redes, que representa a lógica espacial de alguns fenômenos. E a união entre o território e as redes, a partir da lógica reticular, define o território-rede.

Santos (2011; 2012) também observa esse caráter dual dos múltiplos usos do território. Ao debater sobre as solidariedades orgânica e organizacional, o autor percebe que, inclusive, a antiga discussão de região não faz mais sentido no mundo globalizado. Para esse autor, “o que faz a região não é a longevidade do edifício, mas a coerência funcional que a distingue das outras entidades, vizinhas ou não.” (SANTOS, 2013, p. 157). Observa-se que os lugares e as regiões estabelecem relações com áreas longínquas e isso ocorre, pois, o meio técnico-científico-informacional é dotado de materialidade que permite tais interações espaciais, as quais são, por sua vez, intencionalmente seletivas e, portanto, reticulares. Dessa maneira, retomando a concepção de território-rede, os fenômenos ocorrem seletivamente no espaço geográfico, territorializam-se e se articulam em redes. O uso do território nesse caso ocorre de maneira descontínua e flexível.

Assim, a dualidade do debate ocorre a partir das duas lógicas de territorialização: zonal e reticular. Como aponta Haesbaert (2014b), a lógica zonal corresponde ao território-zona² e a lógica reticular diz respeito aos fenômenos estabelecidos sob a égide do território-rede³. Esta concepção reticular de território demonstra um caráter único na própria discussão sobre a territorialização dos fenômenos. Esse autor, ainda, afirma que:

[...] numa concepção reticular de território ou, de maneira mais estrita, de um território-rede, estamos pensando a rede não apenas enquanto mais uma forma (abstrata) de composição do espaço, no sentido de um ‘conjunto de pontos e linhas’, numa perspectiva euclidiana, mas como o componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território

² Lógica zonal: fenômenos que ocorrem de forma contígua no território, isto é, em uma área fechada, próxima, coesa e contígua.

³ Lógica reticular: fenômenos que se territorializam de forma seletiva em apenas alguns pontos, nós e que são conectados com outros pontos/nós por intermédio das redes geográficas - apresentando descontinuidades e seletividade.

e que, conjugada com a 'superfície' territorial, ressalta seu dinamismo, seu movimento, suas perspectivas de conexão ('ação à distância', como destaca Machado, 1998) e 'profundidade', relativizando a condição estática e dicotômica (em relação ao tempo) que muitos concedem ao território enquanto território-zona num sentido mais tradicional (HAESBAERT, 2010. p. 286 e 287)

Além disso, há de se ressaltar outro aspecto sobre essa concepção dual da territorialização. Fratucci (2008) afirma que não apenas fenômenos estão territorialmente postos de maneira diferente – zonal ou reticular –, mas também, e principalmente, os elementos do espaço (SANTOS, 2018) têm, cada um, poderes diferentes de ação no território e usam o território de maneira diferente. Por exemplo, o ser humano tende a agir de maneira zonal, pois sua influência é relativa à sua localidade e é dela que depende; as grandes empresas geralmente se territorializam de forma reticular, haja vista que não usam o território em sua totalidade, mas apenas alguns pontos – mesmo que sejam distantes. Portanto, há múltiplas lógicas de territorialização dos elementos do espaço.

Ao observar que fenômenos geográficos se territorializam através de redes, é necessário debater esse tipo de organização espacial (território-rede). Essa discussão tem centralidade nas propostas teóricas de Haesbaert (2006; 2010; 2014b), Fratucci (2008; 2009) e de outros autores. Por perceber que o turismo é uma atividade eminentemente espacial, apresentaremos como os elementos do espaço geográfico integrantes da atividade turística podem ser analisados levando em consideração esse binômio conceitual.

3 TURISMO E TERRITÓRIO-REDE

Dada a importância econômica da atividade turística, essa prática social se transformou em objeto de estudo de diversas áreas de conhecimento. O fato é que, independentemente da forma como o concebemos do ponto de vista conceitual, o turismo necessita ser analisado a partir do seu uso do território (STEINBERGER, 2009). Assim sendo, o conceito de território ou, mais apropriadamente, o binômio conceitual território-rede ajuda a interpretar a dinâmica dessa atividade no contexto contemporâneo em que os fluxos globais-locais se tornam mais reticulares.

Para fins de planejamento, a Organização Mundial do Turismo - OMT (2001) define o turismo como a atividade do viajante em uma localidade fora de seu entorno habitual, por período inferior a um ano, e com propósito principal diferente do exercício da atividade remunerada por entidades do local visitado. Esse conceito, embora definido para a

instituição do planejamento, serve como ponto de partida na análise geográfica, pois está imbricado em sua definição a ideia de deslocamento. Afinal, tudo que se desloca vai a algum lugar. Em complemento a tal noção, Fratucci, Moraes e Allis (2015, p. 01) concebem o turismo como “fenômeno socioespacial complexo resultado da ação de diferentes grupos de agentes sociais que o produzem a partir de lógicas específicas, distintas e complementares de territorialização.” Portanto, o turismo apresenta as conexões espaciais como miríade de sua própria natureza e definição.

Assim, para compreender os elementos integrantes da atividade turística, serão debatidas a seguir as múltiplas lógicas de territorialização do turismo dos turistas, do Estado, das empresas e dos trabalhadores/comunidade locais. Tais agentes do turismo, direta e/ou indiretamente, são produto e condição da atividade turística no uso do território. Portanto, é necessário refletir sobre suas diferentes repercussões e lógicas de territorialização.

3.1 Turistas

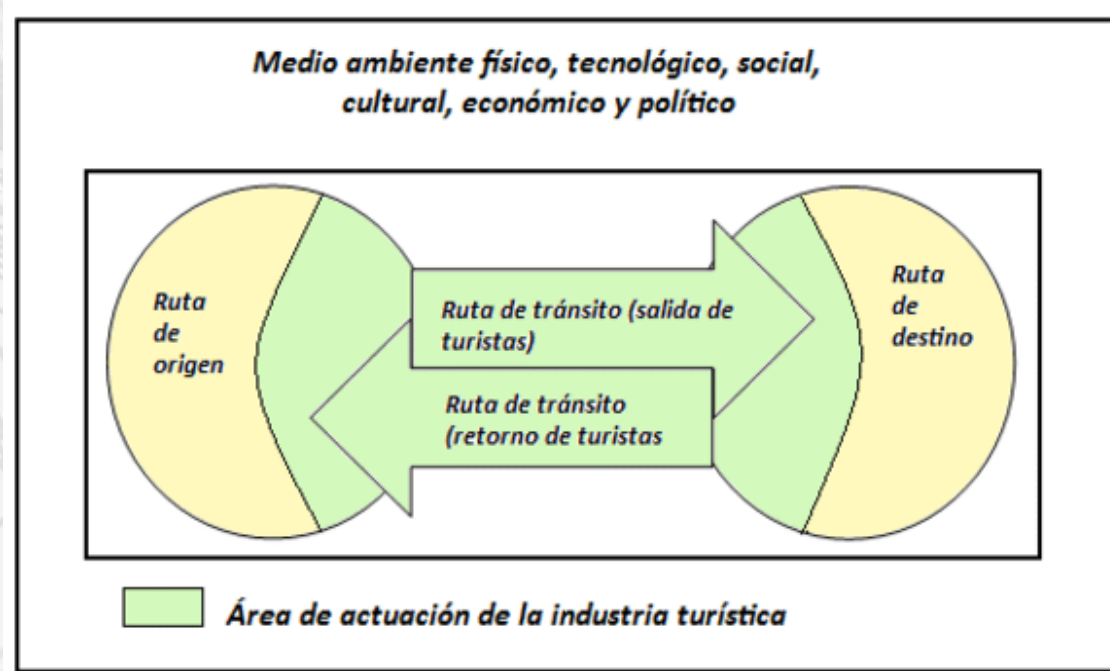
Ainda que na contemporaneidade se apontem novas possibilidades quanto à prática turística, a existência do turismo ocorre devido ao intenso fluxo de pessoas que se deslocam entre o local de moradia (destino emissor) para o lugar visitado (destino receptor) - articulando uma série de agentes responsáveis por tal intermediação. Os turistas/consumidores assumem papel central na determinação do processo de oferta de atrativos turísticos, pois a atividade turística se estrutura espacialmente para atendê-los no destino turístico.

Acerca dessa relação intrínseca da atividade turística com o espaço, Cruz (2000) afirma que o turismo é uma atividade, em sua essência, espacial. Essa atividade usa o espaço como elemento fundante de sua constituição. Nesse caso, diferente das outras atividades, no turismo não é a mercadoria quem se desloca, mas o consumidor. Em outras palavras, “nenhuma outra atividade consome, elementarmente, o espaço, como faz o turismo e esse é um fator de diferenciação entre turismo e outras atividades produtivas” (CRUZ, 2001, p.17). Isso dá ao turismo um aspecto único: essa atividade necessita de redes para a sua existência a partir do deslocamento do consumidor, isto é, do turista.

Com isso, ao refletir sobre a forma espacial da atividade turística, as redes possuem papel central. Leiper (1990), inclusive, atentando-se a esse fato, cria um modelo de entendimento para os Sistemas Turísticos baseado nas interações espaciais e nas redes.

Conforme se percebe na figura 01, há o local de origem do turista, a rota de destino para chegar na localidade turística e a rota de destino à qual o turista vai se estabelecer. O turismo é uma atividade cujas redes geográficas (as rotas) compõem sua estrutura espacial. Inclusive, Costa e Fonseca (2022) afirmam que, além das redes que conectam o local de origem do turista para o destino turístico, esse turista vai se territorializar internamente a partir do destino turístico para outros atrativos por intermédio de redes. Esse deslocamento, no exemplo explicitado, não é zonal, uma vez que nem todos locais são passíveis de serem turistificados, tendo em vista que essa atividade é seletiva e usa apenas algumas partes do espaço geográfico (CRUZ, 2001). O turista, nesse caso, vai se territorializar internamente de maneira reticular, isto é, através de pontos, nós e redes, pois se desloca apenas para uma quantidade específica de atrativos (locais de visitação) postos de forma seletiva no território. Portanto, não usa o território em sua totalidade e se estabelece interna e externamente de forma reticular.

Figura 01 – Modelo de Leiper para um Sistema Turística (1990)



Fonte: adaptado de Leiper (1990).

De acordo com Fratucci (2009), quando um turista visita uma localidade, direciona-se em busca dos atrativos que mais lhe agradam. Com isso, a própria atividade turística, que gira em torno dos turistas, também vai se estruturar (de forma seletiva e reticular) para atendê-los. O fluxo turístico não se territorializa de forma zonal. Pelo contrário, na maioria

das vezes o turista se desloca, por vontade própria ou levado pelo capital, para locais cujo mercado os apresentou como turísticos, que são seletivos e reticulares.

Há uma exceção discutida por alguns autores, como Alpeñana (2020) e Ficagna (2020), cujos desdobramentos da pandemia geraram um novo tipo de turismo⁴ baseado no *slow food*, isto é, em um turismo mais lento. Nesse caso, o turista não visita diversas localidades, prefere, ao contrário, conviver com o entorno por um grande período de tempo e estabelecer relações locais com maior profundidade. Apesar desse tipo de turista estar cada vez mais presente⁵, os turistas clássicos, que visitam conjuntos de atrativos, ainda são a maioria e, quase sempre, a regra para essa atividade.

Com relação à dinâmica espacial, os atrativos turísticos dificilmente estão próximos de modo que o turista possa se deslocar no mesmo dia. O próprio Ministério do Turismo (BRASIL, 2007) concebeu, devido ao caráter dessa atividade, que os roteiros turísticos representam de forma mais equânime a maior parte dos deslocamentos turísticos. Então é possível inferir que o turista geralmente não viaja para visitar apenas uma localidade, e sim várias. Por isso, pode-se afirmar que o turista se territorializa de maneira seletiva no território em vários nós/pontos, conectando-se aos outros pontos por intermédio das redes.

O turista usa o espaço em uma lógica reticular. Portanto, ao analisar o fluxo/deslocamento/territorialização dos turistas no espaço geográfico, o melhor entendimento conceitual para se fazer deve ser a partir do território-rede (HAESBAERT, 2010), haja vista que esse binômio comporta a territorialização seletiva do turista conectada pelas redes geográficas – de forma interna ou externa ao lugar.

3.2 O Estado, o Planejamento e as Regiões Turísticas/Roteiros Turísticos

Como observamos, a atividade turística se organiza para atender os deslocamentos internos dos turistas. Assim, estrutura destinos (atrativos turísticos) e locais de visitação de forma articulada para suprir a visitação turística (SÁNCHEZ, 1991). O Estado pode

⁴ Essas novas situações do consumo turístico atual colocam em questionamento conceitos “clássicos” sobre quem é o turista/consumidor e as métricas temporais e espaciais que determinam quem os são.

⁵ Complementando a reflexão apresentada, Figueiredo e Ruschmann (2004) discutem acerca das diferenciações entre o turista/consumidor e o viajante. O primeiro realiza a prática social do turismo e o segundo existe antes mesmo do surgimento do turismo pós-anos 1970. Entretanto, questionamos essa “dicotomia” ao considerarmos os novos nichos de mercado do turismo e os desdobramentos advindos a partir da pandemia do COVID-19, como já apresentado, que impactam na atividade turística de forma temporal (turistas/consumidores que não consomem turisticamente sem pernoite conforme delimitado pela OMT, por exemplo) e espacial (turistas regionais/locais). De todo modo, apesar de ser necessário distinguir quem é esse turista diante das possibilidades do consumo turístico atual, utilizaremos no escopo deste trabalho o turista “moderno” – que é o predominante.

contribuir nesse sentido para o fomento da atividade. Por isso, ocupa uma posição central na efetivação de políticas que garantam a atuação do mercado e das comunidades locais nos destinos turísticos.

No que se refere à política brasileira de turismo, o governo federal, *a priori*, instituiu o Programa Nacional de Municipalização do Turismo 1995-2002 (BRASIL, 1995) como principal política, que, conforme o título designa, o município era o ente turístico prioritário para o planejamento e a gestão do turismo em nível nacional. Porém, ao perceber as fragilidades estruturais de tal programa, concebeu que, de 2004 em diante, as regiões turísticas internas melhor correspondem ao deslocamento turístico (BRASIL, 2007) e por isso instituiu o Programa de Regionalização do Turismo.

Historicamente as regiões no planejamento eram concebidas como entidades fechadas com áreas contíguas, limites rígidos e com os fenômenos explicados pela existência em si da região (MANENT e RODRÍGUEZ, 2016). A discussão regional sempre se pautava nos limites regionais estabelecidos dessa forma – através da lógica zonal. A Geografia Teórica, em contraposição à visão clássica da região geográfica, concebeu, sob influência do termo região nodal (LA BLACHE, [1910] 2012), as regiões funcionais, que têm seus limites estabelecidos a partir da estrutura dos fenômenos (GOMES, 2012). Esses dois entendimentos⁶ sobre as regiões são debatidos até hoje (NÓBREGA, 2015). Todavia, ao se atentar à atividade turística, percebe-se que a discussão da região funcional, incrustada pela lógica reticular, possibilita uma melhor compreensão da territorialização do turismo.

As instituições são, para Milton Santos⁷ (2018), um dos elementos que compõem o espaço geográfico. O Estado é a instituição mais proeminente do espaço e é central na existência do fenômeno turístico, por exemplo, uma vez que formula “políticas propostas envolvendo delimitações claramente zonais” (HAESBAERT, 2014b, p. 109). A contiguidade e proximidade espacial são, ainda hoje, a base espacial da elaboração das políticas de turismo, demonstrando como o Estado ainda concebe o território como uma área fechada. Mas isso não se restringe apenas ao turismo, percebe-se em diversas políticas territoriais e de regionalização esse entendimento (HAESBAERT 2010; 2014a).

⁶ “O princípio da homogeneidade ou uniformidade e o princípio da coesão regional (funcional, neste caso); a abordagem mais zonal priorizando a consideração dos fenômenos em área (superfície), e a abordagem mais reticular priorizando os fenômenos em redes ou os fluxos.” (HAESBAERT, 2010, p. 47)

⁷ Os elementos que compõem o espaço geográfico, para Santos (2018), são: homens, firmas, instituições, meio ambiente construído e a natureza.

Se o entendimento do Estado para a realidade é zonal, há, a partir da estruturação dos atrativos e do deslocamento de turistas, um problema. Como a atividade turística existe para atender os turistas, tende a ter uma lógica mais reticular. Mas o que se percebe é o Estado apresentando em suas políticas uma lógica zonal por ainda estar eivado da ideia clássica dos fenômenos e, inclusive, isso refletir no planejamento turístico e na própria gestão dos entes turísticos.

Concordamos que o turista se territorializa por intermédio das redes e não usa o território em sua totalidade. A atividade turística, para atender aos desígnios desses turistas, se estabelece de forma seletiva e apenas alguns pontos do território são utilizados. A lógica reticular, portanto, corresponde a essa territorialização. Por isso, para o Estado, ao conceber a regionalização ou o próprio planejamento do turismo, o binômio território-rede torna-se indispensável para que possa intervir na realidade de acordo com a estrutura espacial da atividade turística.

A principal questão é que o Estado, em especial o brasileiro, institui políticas públicas e programas com base nas unidades federativas, municípios ou regiões internas. Essa forma de atuar, a partir da elaboração de tais ações, prioriza áreas fechadas (zonais) para a gestão e planejamento. Mas a atividade turística tem uma forma-conteúdo (territorialização) reticular e seletiva, o que a torna única, devido ao tropel dos eventos, da materialidade e da complexidade de suas ações.

Portanto, o Estado não deve conceber suas políticas em áreas fechadas (território-zona) e caso as institua assim, provavelmente incorrerá em falha no planejamento, na apreensão e na gestão das áreas turísticas/regiões turísticas. Essas, pelo contrário, existem a partir da lógica reticular (território-rede), uma vez que refletem a organização espacial da atividade turística.

3.3 Empresas do Turismo

As políticas públicas de turismo empreendidas pelo Estado, discutidas anteriormente, têm por objetivo criar condições estruturais para que outros agentes atuem na oferta turística. Nesse contexto, o mercado, dada a representatividade econômica e espacial das empresas, tem papel crucial no uso corporativo do território.

No período atual da globalização econômica, as grandes empresas tendem a agir em redes, conforme aponta Castells (1999). As empresas em “redes”, em sua forma organizacional, atuam como grandes cadeias, ligadas através da internet, instalando-se em

variados locais ao redor do mundo. Elas têm caráter móvel, pois se deslocam em busca dos destinos mais rentáveis e assim reestruturam os territórios onde se instalam/localizam. Por isso, essas empresas, em especial as que trabalham com o turismo, procuram as melhores localizações para aumentar seus lucros. A localização, portanto, é um aspecto essencial para a produção de mais-valor. Como o turismo é uma atividade que se territorializa de forma reticular, as empresas também procuram se instalar de maneira seletiva no território para melhor receber os fluxos ou emitir determinados fluxos por intermédio das redes geográficas.

Como um dos elementos que compõem o espaço geográfico (SANTOS, 2018), as empresas do turismo têm caráter móvel, dinâmico e fixo ao mesmo tempo. Elas não precisam deslocar sua mercadoria, afinal têm de estar próxima dos atrativos e servir aos turistas, que são o elo da cadeia turística (CRUZ, 2018). Precisam, de toda forma, localizar-se de maneira seletiva para atendê-los. Esse caráter fixo e móvel ao mesmo tempo é condição indispensável nos estudos, pois, embora fixados no território, essas empresas permitem o direcionamento interno e externo de fluxos. O deslocamento dos turistas se deve a essas empresas – agências de turismo ou meios de hospedagem, por exemplo.

A relação dialética entre fixos e fluxos estrutura o entendimento do espaço, pois este é “formado de fixos e fluxos. Nós temos coisas fixas, fluxos que se originam dessas coisas fixas, fluxos que chegam a essas coisas fixas. Tudo isso, junto, é o espaço” (SANTOS, 2011, p. 85). Portanto, existirá um contingente elevado de turistas (fluxos) em determinados lugares caso haja fixos que os comportem. Logo, a territorialização turística vai se portar de maneira específica por causa do modo que se organiza espacialmente as empresas (fixos) que permitem tais fluxos. Destarte, ao perceber os deslocamentos e a própria lógica reticular da atividade turística, é necessário analisar esses fixos.

Corroborando com a ideia de fixos, Fratucci, Moraes e Allis (2015, p. 06) afirmam a respeito das empresas do turismo que “sua territorialização é quase sempre reticular, a partir da estruturação das suas redes comerciais, de serviços e de interesses”. Assim, a influência desses agentes em apenas alguns pontos do território torna a atividade turística ainda mais seletiva. Com isso, pode-se inferir que a atuação da maior parte das empresas do turismo ocorre sob a lógica reticular em um território-rede.

Os fixos, obviamente, não se restringem às empresas. Os atrativos turísticos geralmente são elementos fixados no território. Ainda assim, mesmo com a possibilidade de atração devido a esses elementos, o fluxo turístico apenas ocorre caso haja uma

configuração territorial e empresas que permitam, isto é, redes, rodovias, aeroportos e receptivos, bem como meios de hospedagem.

A complexificação das escalas espaciais das empresas é um dado que não se restringe ao turismo. As empresas em geral, para competir no mercado global, geralmente se estabelecem em redes e de forma reticular, buscando cooptar fluxos externos ao meio, como apontam Junior, Sampaio e Alencar (2021). No turismo a especificidade é que empresas globais, nacionais e locais são elementos “exógenos ao destino turístico” (FRATUCCI, 2008, p. 250) e atuam espacialmente de forma seletiva, pois refletem a lógica da organização espacial da atividade turística.

Assim sendo, na própria concepção de território-rede, as empresas do turismo contribuem para essa territorialização extremamente móvel e seletiva do turismo, tendo em vista que agem de forma reticular e se instalam em pontos ou nós no território de modo a estarem interligadas com as redes geográficas que apresentam interações espaciais a partir dos fluxos turísticos. Claro que há pequenas empresas que apresentam a lógica local/zonal, porém, observando a estrutura atual e complexa da atividade turística, a maior parte das empresas turísticas se adequa a lógicas verticais e se instala de forma reticular no território, articulando-se às redes regionais, nacionais e globais.

3.4 Trabalhadores e População Residente

Apesar das comunidades locais/trabalhadores do turismo não apresentarem, *a priori*, protagonismo para a concepção e execução das políticas de turismo ou mesmo no processo de turistificação⁸⁹ dos lugares, elas são elementos integrantes da atividade turística, uma vez que se situam nos destinos receptores.

Como já sinalizado, o turismo se constitui alicerçado no uso seletivo do território. Mas essa atividade também está eivada, mesmo que de forma indireta, pela lógica zonal. Um dos agentes que se territorializam fundado na lógica zonal são os trabalhadores, visto que dependem do lugar do entorno para a sua própria existência. Quando os trabalhadores passam a se relacionar com outros atores/agentes que se constituem territorialmente de

⁸ “Processo de implantação da infraestrutura turística em lugares com potencial turístico, ou seja, é a apropriação deste espaço, bem como a sua transformação, para atender aos interesses de pessoas de outras localidades que praticam o turismo” (ALMEIDA FILHO, 2014, p. 16).

⁹ O termo turistificação e suas variações se referem à relação turismo e território que, para Knafou (1996), é resultado da ação do turista, do mercado e do Estado. Tal relação resulta em três situações: territórios sem turismo; turismo sem território e; territórios turísticos.

maneira reticular (como as empresas), tendem a ter as duas relações (zonais e reticulares) ao mesmo tempo. Como ressaltam Fratucci, Moraes e Allis (2015, p. 06),

[...] a lógica de vida liga-se à lógica do lugar e, portanto, compõem os territórios do cotidiano, quase sempre contínuos e bem definidos pelas suas relações de sociais mais intensas. Essa lógica pode ser rompida parcialmente quando a necessidade de busca de trabalho leva os agentes sociais a “escaparem” dos seus lugares de vida. Dessa forma, acabam também assumindo uma lógica reticular de apropriação do seu espaço, por conta de terem de buscar emprego onde eles são oferecidos e não, onde eles vivem.

Sendo assim, apesar de os turistas usarem o território apenas através de pontos, nós ou linhas, os trabalhadores usam-no de forma diferente por causa do trajeto ao trabalho ou por residirem nas proximidades do local de trabalho. Esses agentes sociais, os trabalhadores, territorializam-se a partir das duas lógicas espaciais, tendo em vista que são residentes (com ligação com o seu entorno - lógica zonal) e dependentes dos agentes reticulares (e de suas lógicas espaciais) para sobreviver. Assim, estabelece-se uma multiplicidade de lógicas – zonal e reticular – com base nos trabalhadores.

Pode-se mencionar ainda que a área de influência turística não necessariamente corresponde à área cujos turistas frequentam, pois os lugares de origem dos trabalhadores muitas vezes não têm vocação “turística”, conforme se observou no estudo de Costa e Fonseca (2022) acerca do território-rede do turismo no Polo Costa das Dunas (Rio Grande do Norte). A territorialização direta e indireta do turismo extrapola os limites dos meios de hospedagem e dos atrativos, e, com isso, influencia áreas onde a atividade não se territorializa de maneira direta, mas de forma indireta, haja vista que o trabalhador do turismo é dependente dessa atividade e não necessariamente reside em áreas “turistificadas”.

Os trabalhadores do turismo e seus locais de residência também fazem parte do turismo, apesar de não necessariamente viverem nas áreas diretamente turistificadas; são, dessa forma, atores que usam o território de maneira zonal e reticular. Eles têm uma lógica de territorialização diferente das lógicas dos turistas e dos próprios agentes do capital, todavia estabelecem relações complexas a partir do seu lugar de existência em direção ao lugar de trabalho, aumentando assim a área de influência do turismo e demonstrando que essa atividade extrapola os lugares de visitação e de consumo dos turistas. Portanto, ratifica-se o grau de complexidade do turismo pelo fato de esses trabalhadores estarem

vinculados a uma lógica zonal (do seu entorno) e se relacionarem¹⁰ com agentes reticulares.

Nesse contexto, em busca de apresentar uma síntese das lógicas territoriais dos agentes do turismo, o quadro 01 traz um breve resumo em que se demonstra o grau de complexidade dessa atividade.

Quadro 01 – Elementos da atividade turística e suas lógicas territoriais predominantes

Elemento do Espaço	Lógica predominante de atuação	Territorialidade predominante
Turistas	Lógica Reticular	Território-Rede
Estado	Lógica Zonal	Território-Zona
Roteiro Turístico/Região Turística	Lógica Reticular	Território-Rede
Empresas do Turismo	Lógica Reticular	Território-Rede
Trabalhadores	Lógica Zonal	Território-Zona
Atividade Turística	Lógica Reticular	Território-Rede

Fonte: Elaboração própria (2023).

Embora a economia globalizada reflita direta e indiretamente nas relações estabelecidas entre os elementos do espaço no processo de turistificação dos lugares, esses agentes repercutem características singulares e apresentam múltiplas lógicas de territorialização, complexificando o entendimento da ordem espacial da atividade turística.

Os turistas e as empresas se territorializam a partir de uma lógica reticular, ou seja, apresentam seletividade no uso do território. A ordem espacial fomentada por esses agentes estrutura a atividade em torno de pontos no território, que, conectados, estabelecem também os roteiros turísticos. Portanto, esses agentes se materializam espacialmente nas áreas chamadas de território-rede.

O Estado e os trabalhadores/comunidade locais se territorializam apoiados na lógica zonal. As políticas públicas empreendidas pelo Estado são pautadas em áreas fechadas, como é o caso das regiões turísticas oficiais. Além disso, os trabalhadores

¹⁰ Esses desdobramentos espaciais advindos do turismo acompanham, bem como reproduzem características inerentes a essa atividade quando se observa a relação entre turismo e trabalho, ainda incipientes nos estudos turísticos. Para Costa, Sant'anna e Fratucci (2021, p. 1217), "a predominância de baixos salários, segurança precária, condições de trabalho inadequadas, alta rotatividade de mão de obra, desvantagem interseccional, guetização ocupacional e abuso moral, sexual e físico de funcionários" demarcam o turismo como um dos tentáculos da chamada escravidão moderna e/ou uberização da sociedade (COVAS, 2020).

dependem do seu entorno para sobreviver, apesar de, no caso do turismo, relacionarem-se também com agentes reticulares. Com isso, os trabalhadores do turismo e o Estado se materializam nas áreas chamadas de território-zona.

Em linhas gerais, embora os elementos do turismo se territorializem a partir dessas duas lógicas, a atividade turística tem a predominância da lógica reticular. Essa atividade se organiza em nós e pontos (destinos turísticos e locais de visitação) articulados entre si e com outros pontos/nós. Por esse motivo, apresenta diferentes territorializações dos agentes do turismo em áreas seletivas, pontuais e flexíveis, o que acaba, como Fratucci (2008, p. 124) afirma, “estabelecendo tessituras, que variam de intensidade e de escala, de acordo com o tipo e o modo do turismo estabelecido.” Portanto, a territorialização predominante do turismo é a que chamamos neste trabalho de território-rede.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno turístico se constitui diante de uma complexidade de fenômenos (políticos, sociais, econômicos, ambientais etc.) que o influenciam direta e/ou indiretamente. Por isso, é primordial apresentar discussões em torno dos aspectos teórico-conceituais, bem como questões contemporâneas que envolvam o turismo, o processo de turistificação dos lugares e a territorialização dos atores/agentes.

Nota-se que a discussão geográfica a respeito do fenômeno turístico pode ser pautada pelo binômio conceitual território-rede. O turismo é uma atividade que se territorializa, mas, ao não usar o espaço de forma contígua, se estabelece de maneira reticular através dos pontos e nós integrados pelas redes. Dessa forma, o entendimento geográfico acerca do turismo deve passar pelas redes geográficas e pelo território.

Além disso, percebeu-se múltiplas territorialidades dos diferentes agentes turísticos. Pode-se inferir, inclusive, que cada agente apresenta uma territorialização e os lugares turísticos expressam “sobreposição das territorializações dos agentes do turismo” (FRATUCCI, MORAES e ALLIS, 2015, p. 05) a partir das diferentes lógicas – zonal e reticular.

Essas territorialidades resultam da dinâmica dos agentes do turismo que empreendem múltiplos usos do território. O interesse de cada elemento reverbera de forma diferente no território. Os turistas, geralmente reticulares, são o elo da cadeia nessa estrutura da atividade turística. Entretanto, ao analisá-los, deve-se buscar compreender não

apenas os turistas e como estes atuam, mas também as empresas, o Estado e os trabalhadores com suas múltiplas lógicas de interesse, atuação e territorialização.

Pelo fato de o turismo ser uma atividade flexível, reticular e sazonal, o entendimento dos roteiros turísticos, imbricados nas regiões do turismo, também necessita ser compreendido pelo território-rede. Coadunamos com a prerrogativa que esse par conceitual é quem mais subsidia a compreensão da forma-conteúdo dessa atividade, inclusive com a possibilidade de auxiliar no planejamento e gestão da atividade turística. Com a economia cada vez mais globalizada, o Estado, destarte, deve mudar sua escala de atuação em suas políticas públicas formuladas sob o ideário do território-zona para o território-rede, isto é, admitir áreas flexíveis, seletivas e prioritárias na elaboração e instituição de programas.

É essencial, portanto, compreender o turismo mediante a observação dessas lógicas, pois, assim, consegue-se ter um melhor entendimento espacial da trama locacional da atividade turística em seus respectivos destinos, observando a especificidade espacial dessa atividade e suas diferentes territorializações. Isso não quer dizer que haja uma lógica superior à outra, mas apreender que cada elemento do espaço se territorializa de forma diferente, resultando em uma multiplicidade de territorializações nos territórios-redes da atividade turística.

Desse modo, observou-se neste trabalho como o turismo é uma atividade estritamente complexa e, para analisá-lo, é necessário refletir acerca das teorias, conceitos e categorias dos estudos geográficos e turísticos. Apesar de sua forma-conteúdo ser bastante específica, consideramos indispensável salientar que a concepção de território-rede deve ser crucial na análise do fenômeno turístico e, com isso, ganhar centralidade no debate governamental e acadêmico a respeito do planejamento e da gestão dessa atividade a partir de suas diferentes lógicas de territorialização (reticular e zonal).

REFERÊNCIAS

ALMADA, J. A. B. de. LUGAR TURÍSTICO E TERRITÓRIO USADO: contribuições teóricas ao estudo do Turismo a partir da Geografia de Milton Santos. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 4, n. 15, p. 197–221, 2019. DOI: 10.18764/2446-6549.v4n15p197-221. Disponível em: <https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/9173>. Acesso em: 16 mar. 2023.

ALMEIDA FILHO, P. G. “**Aqui se faz Gostoso**”: uma etnografia do turismo em São Miguel do Gostoso/RN. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Natal: UFRN, 2014.

ALPESTANA, D. Os novos desafios do turismo urbano. **Finisterra**, 55(115), Finisterra, LV(115), pp. 217- 221 ISSN: 0430-5027 doi: 10.18055/Finis20342, 2020

BOULLÓN, R. C. **Planificación del espacio turístico**. México: Trillas, 1990.

BRASIL. **Programa Nacional de Municipalização do Turismo Procedimentos Versão II**. Brasília: EMBRATUR, 1995.

BRASIL. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil**: Introdução à Regionalização do Turismo. Brasília, DF: MTur, 2007. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/introducao_a_regionalizacao_do_turismo.pdf. Acesso em: 21 nov. 2020.

BUTLER, R. The concepty a tourist are life cycle of evolution implications for management of resources. **Canadian Geographer**, 1980.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA, H. A.; FONSECA, M. A. P. Turismo e interações espaciais no destino Natal/RN. **Para Onde!?** Edição Especial - Geografia(s) do Turismo, v. 16, n. 02, p. 114-135, 2022.

COSTA, J. C.; SANT'ANNA, E. S.; VIANA, J. P.; FRATUCCI, A. C. Trabalho (In)Decente no Turismo: Reflexões para a Construção de uma Agenda de Pesquisa. **Rosa dos Ventos**, vol. 13, núm. 04, 2021.

COUTINHO, A. C. A.; AZEVEDO, F. F. Desarrollo del Turismo en Rio Grande do Norte e Interfaces con la Gobernanza del Estado: Un estudio en Rio Grande do Norte / Brasil. **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, [S. l.], v. 17, n. 4, p. 655–669, 2019. DOI: 10.25145/j.pasos.2019.17.047. Disponível em: <http://ojsull.webs.ull.es/index.php/Revista/article/view/1767>. Acesso em: 16 mar. 2023.

COVAS, A. Turistificação *low cost* e uberização dos serviços. **Ateliê do turismo**. Campo Grande / MS, v. 4, n.1, p. 1-6, jan-jul 2020.

CRUZ, R. C. A. da. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

CRUZ, R. C. A. da. **Introdução à Geografia do Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

CRUZ, R. C. A. da. Desenvolvimento desigual e turismo no Brasil. **Confins (online)**, ed. 3, 2018.

- DAMIANI, A. Turismo e lazer em espaços urbanos. In: A. RODRIGUES (Org.). **Turismo, Modernidade e Globalização**. p. 46-54. São Paulo: Hucitec, 2002.
- DOLLFUS, O. **O espaço geográfico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- FICAGNA, D. J. **O turismo lento no cenário pós-pandemia Covid-19**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) - Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Turismo e Hotelaria, Niterói, 2020.
- FIGUEIREDO, S. L.; RUSCHMANN, D. V. M. Estudo genealógico das viagens, dos viajantes e dos turistas. **Novos Cadernos NAEA**. v. 7, n. 1, p. 155-188, jun. 2004.
- FONSECA, M. A. P. da. **Espaço, Políticas de Turismo e Competitividade**. Natal: EDUFRN, 2005.
- FRATUCCI, A. C. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo / Aguinaldo Cesar Fratucci**. – Niterói: [s.n.], Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, 2008.
- FRATUCCI, A. C. Refletindo sobre a Gestão dos Espaços Turísticos: perspectivas para as redes regionais de turismo. **Revista Turismo em Análise**, v. 20, n. 3, dezembro de 2009.
- FRATUCCI, A. C.; MORAES, C. C. de A.; ALLIS, T. Espaço e Território do turismo: reflexões e indagações. **Anais Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**, 12, 2015.
- GOMES, P. C. da C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- HAESBAERT, R. Morte e vida da região. In: Spósito, E (org). **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção temática**. Presidente Prudente: UNESP, 2005.
- HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.
- HAESBAERT, R. **Regional-Global: Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014a.
- HAESBAERT, R. **Viver no Limite**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014b.
- JÚNIOR, E. P. J.; SAMPAIO, J. E. H.; ALENCAR, J. V. O. O território-rede como estratégia de reestruturação produtiva: análise da indústria de calçados nos estados de

São Paulo e Rio Grande Do Sul – Brasil. **Geografares [Online]**, Disponível em:
<http://journals.openedition.org/geografares/3302>, 2021.

KNAFOU, R. Turismo e Território: Por uma abordagem científica do Turismo. *In:* Adyr A. B. Rodrigues (org.). **Turismo e Geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

LA BLACHE, P. V. de. As regiões francesas. *In:* HAESBAERT, Rogério et alii. (orgs.). **Vidal, Vidais: textos de Geografia Humana, Regional e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 245-275, 2012.

LATOUR, B. **Jamais Fomos Modernos: ensaio de antropologia simétrica**. São Paulo: Editora 34, 2019.

LEIPER, N. Partial industrialization of tourism systems. **Annals of Tourism Research**, 17(4), 600-605. 1990.

MANENTE, M. B; RODRÍGUEZ, J. M. M. **La Región como categoria geográfica**. Morelia: UNAM, CIGA, 2016.

MIOSSEC, J. M. La localisation des forces de décision dans le monde: esquisse de géographie politique théorique. **L'espace Géographique**, Paris, n. 3, p. 165-75, juillet-septembre. 1976.

NÓBREGA, P. R. C. Reflexões Didáticas sobre o conceito de Região na Geografia. **Rev. Tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 11, n. 1, págs. 107-130, Jan/jun, 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

PIRIOU, J. Enquête sur la région touristique. Une recherche sur les pratiques spatiales de dimension régionale des acteurs du tourisme. **Géographie**. Université d'Angers, 2012.

SÁNCHEZ, J. E. **Espacio, economia y sociedad**. Madri: Siglo Veintiuno Editores, 1991.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 6. Ed. São Paulo: EDUSP, 2011.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. 4. Ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

SANTOS, M. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: EDUSP, 2013.

SANTOS, M. **Por Uma Geografia Nova**. São Paulo: EDUSP, 2016.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: EDUSP, 2018.

SIQUEIRA, A. C. S.; BERDNACHUK, C. A. Lugar Turístico e a Relação com as Redes Geográficas e a Mobilidade. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 41, v. 4, p. 103-117, Jul./Dez. 2019.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I. *et. al.* (orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

STEINBERGER, M. Turismo, território usado e cidade: uma discussão pré-teórica. In: STEINBERGER, M. (Org.). **Territórios turísticos no Brasil**. Central. Brasília: LGE. p. 29-5. 2009.
